



Crédito: Leandro Lacerda/CNseg

Representantes do governo, do setor produtivo e da academia destacaram o papel estratégico do seguro rural na transição para um agronegócio mais resiliente às mudanças climáticas durante o painel “Seguros para Soluções Baseadas na Natureza e Agronegócio Sustentável”, do seminário “Pré-COP30 – A Casa do Seguro”, promovido pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), em 8/10, em Brasília.

A moderação ficou a cargo de Fátima Lima, presidente da Comissão de Integração ASG da CNseg, que abriu o debate lembrando que “o seguro é uma ligação entre o risco climático, a resiliência, as soluções baseadas na natureza e também a segurança para bancos, investidores e produtores”.

### **Governo: adaptação climática e fortalecimento do seguro rural**

O secretário nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Aloisio Lopes, apresentou os avanços do Plano Clima, que orientará a política brasileira sobre o tema até 2035. Ele destacou que a parte referente à adaptação já está em estágio avançado, com 16 planos setoriais em elaboração, incluindo o agropecuário.

“O Brasil já está vivendo a mudança do clima”, afirmou. Segundo Lopes, o país precisa “retomar e ampliar o papel do seguro rural como instrumento de proteção”, integrando-o às estratégias de adaptação do setor produtivo.

Em sua intervenção, o secretário ressaltou o potencial das soluções baseadas na natureza (SBN). “A recomposição de vegetação nativa é talvez a melhor tecnologia de remoção de carbono da atmosfera. O desafio agora é reconhecer o valor dos serviços ambientais prestados pelas áreas de vegetação”, observou, citando o Fundo Clima e novas linhas de financiamento para recuperação de áreas degradadas.

### **Academia: informação e tecnologia como alicerces**

O coordenador da FGV Agro, Guilherme Bastos, apontou a necessidade de políticas públicas mais robustas e de melhor uso dos dados disponíveis. “A nossa preocupação é tão grande com esse tema que nós acabamos de fundar um Observatório do Seguro Rural”, contou.

Ele enfatizou que atualmente apenas 3 milhões de hectares estão cobertos por seguro no país, o que representa um risco para a segurança alimentar. “Isso é muito pouco. É uma questão estratégica interna e deveria gerar uma maior sensibilização”, alertou.

Ao abordar o papel da inovação, Bastos destacou o avanço das tecnologias de satélite e de modelagem climática. “Sem segurança com relação às informações de monitoramento e verificação, não se anda”, disse, defendendo o uso de métodos autodeclaratórios e sistemas de verificação via satélite para sustentar seguros mais modernos e precisos.

### **Setor produtivo: seguro como garantia de sobrevivência**

O diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Ricardo Sassi, ressaltou que o Brasil já possui uma base sustentável expressiva, com apenas um terço do território ocupado pela agropecuária. “Sem seguro agrícola, é impossível, nos próximos 10 ou 15 anos, o produtor se manter na terra”, advertiu.

Sassi lembrou que os riscos climáticos são incontroláveis para o produtor e que o seguro é “a única ferramenta que vai salvar o produtor no campo”. Ele defendeu a ampliação da subvenção pública e

alertou: “Não existe seguro agrícola em lugar nenhum do mundo que deu certo sem a subvenção. É essencial”.

#### **Síntese e consenso**

Ao final do painel, Aloisio Lopes destacou o desafio de transformar o conhecimento sobre riscos climáticos em políticas públicas eficazes. “Precisamos conhecer esse contexto, disponibilizar a informação e transformar isso em orientação para os vários setores”, concluiu.

Guilherme Bastos reforçou que o papel da academia é auxiliar o governo na melhor alocação dos recursos públicos, que são finitos. E Ricardo Sassi encerrou com um apelo direto: “Que esses recursos venham para o seguro agrícola, que é a única forma de garantir a continuidade da produção diante dos eventos climáticos extremos”.

**Fonte:** CNseg, em 10.10.2025.